

STN - Sistema de  
Transmissão  
Nordeste S.A.

**Demonstrações financeiras em  
31 de dezembro de 2016**

# Conteúdo

<b>Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras</b>	<b>3</b>
<b>Balancos patrimoniais</b>	<b>6</b>
<b>Demonstrações dos resultados</b>	<b>7</b>
<b>Demonstrações dos resultados abrangentes</b>	<b>8</b>
<b>Demonstrações das mutações do patrimônio líquido</b>	<b>9</b>
<b>Demonstrações dos fluxos de caixa</b>	<b>10</b>
<b>Notas explicativas às demonstrações financeiras</b>	<b>11</b>



KPMG Auditores Independentes  
Av. Engº Domingos Ferreira, 2.589 - Sala 104  
51020-031 - Boa Viagem - Recife/PE - Brasil  
Telefone +55 (81) 3414-7950, Fax +55 (81) 3414-7951  
www.kpmg.com.br

## **Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

Aos  
Acionistas, Conselheiros e Diretores da  
STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.  
Recife - PE

### **Opinião**

Examinamos as demonstrações financeiras da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2016 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. em 31 de dezembro de 2016, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### **Base para opinião**

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.



Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Recife, 27 de março de 2017

KPMG Auditores Independentes  
CRC PE-000904/F-7

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'João Alberto da Silva Neto', written over a faint circular stamp or watermark.

João Alberto da Silva Neto  
Contador CRC RS-048980/O-0 T-CE

**STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.**

**Balancos patrimoniais em 31 de dezembro 2016 e 2015**

*(Em milhares de Reais)*

<b>Ativo</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>01/01/2015</b>	<b>Passivo</b>	<b>Nota</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b>	<b>01/01/2015</b>
			<b>Reapresentado</b>	<b>Reapresentado</b>	<b>Circulante</b>			<b>Reapresentado</b>	<b>Reapresentado</b>
<b>Circulante</b>									
Caixa e equivalentes de caixa	7	10.179	23.293	19.233	Empréstimos e financiamentos	12	20.442	19.445	18.498
Caixa restrito	8	7.177	9.358	6.810	Debêntures	13	25.619	13.942	4.732
Concessionária e permissionárias	9	18.542	16.590	18.493	Fornecedores		660	562	319
					Taxas regulamentares e setoriais	14	3.298	6.005	5.774
Concessionária e permissionárias - partes relacionadas	9	942	1.057	1.269	Tributos e contribuições sociais	11	3.376	3.459	12.120
Ativo financeiro de concessão	10	173.094	155.936	156.697	Dividendos a pagar	16c	19.418	15.463	-
Tributos e contribuições sociais	11	5.932	1.052	196	Outras obrigações		2.497	2.447	1.157
Serviços em curso		2.847	6.368	5.477					
Outros ativos		714	1.661	1.568	<b>Total do passivo circulante</b>		<b>75.310</b>	<b>61.323</b>	<b>42.600</b>
<b>Total do ativo circulante</b>		<b>219.427</b>	<b>215.315</b>	<b>209.743</b>					
<b>Não circulante</b>					<b>Não circulante</b>				
Aplicações financeiras		28	28	28	Empréstimos e financiamentos	12	120.758	141.111	160.454
					Debêntures	13	65.168	88.817	100.583
Cauções e depósitos vinculados		16	3.072	3.055	Imposto de renda e contribuição social - diferidos	21	71.497	59.599	52.039
Ativo financeiro de concessão	10	514.263	527.566	518.835	Provisão para contingências	15	876	975	975
Outros ativos		766	766	1.272	Fornecedores		-	250	250
Imobilizado		274	274	274	Outras obrigações		917	918	915
Intangível		167	176	265	<b>Total do passivo não circulante</b>		<b>259.216</b>	<b>291.670</b>	<b>315.216</b>
<b>Total do ativo não circulante</b>		<b>515.514</b>	<b>531.882</b>	<b>523.729</b>					
					<b>Patrimônio líquido</b>	16			
					Capital social		302.419	283.030	266.216
					Reservas de lucros		97.996	111.174	109.440
					<b>Total do patrimônio líquido</b>		<b>400.415</b>	<b>394.204</b>	<b>375.656</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>734.941</b>	<b>747.197</b>	<b>733.472</b>	<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>734.941</b>	<b>747.197</b>	<b>733.472</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

## Demonstrações dos resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015

(Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações, expresso em Reais)

	Nota	2016	2015 Reapresentado
Receita operacional líquida	18	159.816	158.987
Custos de operação	19		
Custo dos serviços prestados		(11.486)	(10.418)
Custo de construção		(752)	(1.300)
Depreciação e amortização		(39)	(108)
		<u>(12.277)</u>	<u>(11.826)</u>
<b>Lucro bruto</b>		<u>147.539</u>	<u>147.161</u>
Despesas operacionais, líquidas	19		
Administrativas e gerais		(2.976)	(2.862)
Pessoal		(2.737)	(2.534)
Honorários da diretoria e conselho de administração		(2.496)	(2.511)
Taxa de Fiscalização – TFSEE		(675)	(626)
Outras receitas, líquidas		40	119
		<u>(8.844)</u>	<u>(8.414)</u>
<b>Resultado do serviço</b>		<u>138.695</u>	<u>138.747</u>
Resultado financeiro			
Receita financeira	20	2.971	3.925
Despesa financeira	20	(29.485)	(28.057)
		<u>(26.514)</u>	<u>(24.132)</u>
<b>Resultado operacional</b>		<u>112.181</u>	<u>114.615</u>
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<u>112.181</u>	<u>114.615</u>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		(5.831)	(8.658)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido		(24.591)	(6.705)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>	21	(30.422)	(15.363)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<u>81.759</u>	<u>99.252</u>
<b>Quantidade de ações ao final do exercício em milhares</b>	16	<u>198.000</u>	<u>198.000</u>
<b>Lucro básico e diluído por lote de mil ações – R\$</b>		<u>412,92</u>	<u>501,27</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

### Demonstrações dos resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de dezembro 2016 e 2015

*(Em milhares de Reais)*

	2016	2015 Reapresentado
Lucro líquido do exercício	81.759	99.252
Outros resultados abrangentes	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b><u>81.759</u></b>	<b><u>99.252</u></b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

**STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.**

**Demonstrações das mutações do patrimônio líquido**

**Exercícios findos em 31 de dezembro 2016**

*(Em milhares de Reais)*

	<u>Reserva de lucros</u>					<b>Total</b>
	<b>Capital social</b>	<b>Legal</b>	<b>Incentivos fiscais</b>	<b>Dividendos adicionais propostos</b>	<b>Lucros acumulados</b>	
Saldo em 1º de janeiro de 2015, como previamente divulgado	266.216	28.151	16.814	27.485	-	338.666
Impacto da retificação de erros	-	-	-	-	36.990	36.990
<b>Saldo representado em 1º de janeiro de 2015 (nota 4)</b>	<b>266.216</b>	<b>28.151</b>	<b>16.814</b>	<b>27.485</b>	<b>36.990</b>	<b>375.656</b>
Aumento de capital (Nota 16)	16.814	-	(16.814)	-	-	-
Dividendos pagos conforme AGO 24/03/2015	-	-	-	(12.022)	-	(12.022)
Dividendos pagos conforme AGE 03/12/2015	-	-	-	(15.463)	-	(15.463)
Lucro líquido do exercício (nota 4)	-	-	-	-	99.252	99.252
Destinação proposta à AGO (Nota 16):						
Reserva legal	-	7.504	-	-	(7.504)	-
Incentivo fiscal	-	-	19.389	-	(19.389)	-
Dividendos intermediários pagos	-	-	-	-	(53.219)	(53.219)
Lucros remanescentes a disposição da assembleia (ajustado)	-	-	-	56.130	(56.130)	-
<b>Saldo representado em 31 de dezembro de 2015 (nota 4)</b>	<b>283.030</b>	<b>35.655</b>	<b>19.389</b>	<b>56.130</b>	<b>-</b>	<b>394.204</b>
Aumento de capital (Nota 16)	19.389	-	(19.389)	-	-	-
Dividendos pagos conforme AGOE 20/04/2016	-	-	-	(69.967)	13.837	(56.130)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	81.759	81.759
Destinação proposta à AGO (Nota 16):						
Reserva legal	-	4.088	-	-	(4.088)	-
Dividendos mínimos obrigatórios	-	-	-	-	(19.418)	(19.418)
Incentivo fiscal	-	-	15.621	-	(15.621)	-
Lucros remanescentes a disposição da assembleia	-	-	-	42.632	(42.632)	-
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2016</b>	<b>302.419</b>	<b>39.743</b>	<b>15.621</b>	<b>28.795</b>	<b>13.837</b>	<b>400.415</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

# STN – Sistema de Transmissão Nordeste S.A.

## Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de dezembro 2016

(Em milhares de Reais)

	2016	2015 Reclassificado
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais</b>		
Lucro líquido antes do imposto de renda e contribuição social	112.181	114.615
<b>Itens que não afetam o caixa e equivalentes de caixa:</b>		
Depreciação e amortização	39	108
Variações monetárias líquidas	26.121	27.220
Rendimentos sobre aplicação financeira	2.181	(1.032)
	<u>140.522</u>	<u>140.911</u>
<b>Variações patrimoniais:</b>		
<b>(Aumento) redução no ativo</b>		
Concessionária e permissionárias	(1.837)	2.115
Ativo financeiro da concessão	(3.855)	(7.970)
Tributos e contribuições sociais	(14.077)	(15.448)
Serviço em curso	3.521	(891)
Outros ativos, cauções e depósitos vinculados	4.003	398
	<u>(12.245)</u>	<u>(21.796)</u>
<b>Aumento (redução) no passivo</b>		
Fornecedores	(152)	243
Taxas regulamentares e setoriais	(2.707)	231
Tributos e contribuições sociais correntes	(40.014)	(17.319)
Tributos e contribuições sociais diferidos	44.393	15.447
Outras obrigações	-	1.293
	<u>1.520</u>	<u>(105)</u>
Amortização de juros do financiamento	(26.338)	(29.904)
Caixa líquido provenientes das atividades operacionais	<u>103.459</u>	<u>89.106</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de investimentos</b>		
Aplicações em reinvestimento	-	(1.516)
Aplicações no intangível	(30)	(19)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	<u>(30)</u>	<u>(1.535)</u>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamentos</b>		
Pagamentos de dividendos	(85.432)	(65.243)
Amortização de principal do financiamento	(31.111)	(18.268)
Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamentos	<u>(116.543)</u>	<u>(83.511)</u>
Aumento (redução) líquido no caixa e equivalentes de caixa	<u>(13.114)</u>	<u>4.060</u>
<b>Demonstração do aumento (redução) no caixa e equivalentes de caixa</b>		
Saldo no início do exercício	23.293	19.233
Saldo no final do exercício	<u>10.179</u>	<u>23.293</u>
<b>(Redução) aumento líquido no caixa e equivalentes de caixa</b>	<u>(13.114)</u>	<u>4.060</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## Notas explicativas às demonstrações financeiras

*(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)*

### 1 Contexto operacional

A STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A. (Companhia ou STN) foi constituída em 27 de outubro de 2003 como sociedade anônima de capital fechado, com sede na cidade do Recife na Praça Dr. Fernando Figueira, nº 30, sala 1103, Estado de Pernambuco, com o propósito específico de exploração de linhas de transmissão de energia elétrica, tendo como objeto social planejar, implantar, construir, operar e manter instalações de transmissão de energia elétrica e serviços correlatos. Por se tratar de uma concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, suas atividades são regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica -ANEEL. A Companhia entrou em operação comercial em 1º de janeiro de 2006.

Os serviços de operação do sistema de transmissão e manutenção dos sistemas de proteção são realizados pela CHESF, sob a supervisão e fiscalização da STN, enquanto os serviços de manutenção dos sistemas elétricos são realizados diretamente pela Companhia.

Pelo Contrato de Concessão nº 05/2004, de 18 de fevereiro de 2004, foi outorgada à Companhia pela União, por intermédio da ANEEL - Agência Nacional de Energia Elétrica, a concessão de serviço de transmissão de energia elétrica, pelo prazo de 30 anos, compreendendo as linhas de transmissão em 500 kV, Teresina II - Sobral III -C2, com origem no Estado do Piauí e término no Estado do Ceará, com extensão de 334 km e Sobral III - Fortaleza II - C2, no Estado do Ceará, com extensão de 212 km.

A Receita Anual Permitida (RAP) da concessionária é definida pelo poder concedente, por meio da ANEEL e fixada anualmente, para períodos definidos como ciclos que compreendem os meses de julho a junho do ano posterior, por meio de Resoluções Homologatórias. De acordo com o Contrato de Concessão, a partir de 16º ano de operação comercial a RAP será reduzida em 50% do valor vigente no 15º ano até o final do prazo de concessão.

#### Contrato de concessão

Número	Prazo (anos)	Vigência até	RAP (*)	Índice de correção
005/2004	30	18/02/2034	177.333	IGP-M

(\*) Conforme Resolução Homologatória ANEEL 2.098/2016.

Os Contratos de Concessão estabelecem que a extinção das concessões determinará a reversão ao poder concedente dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida às transmissoras, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico. Diante disso, a Administração da Companhia infere que ao final do prazo de concessão os valores residuais dos bens vinculados ao serviço serão indenizados pelo poder concedente. A metodologia aplicada à valorização desses ativos encontra-se explicitada em nota explicativa nº 10.

## **2 Base de preparação**

### **2.1 Declaração de conformidade**

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o BR GAAP.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 27 de março de 2017. Após a sua emissão, somente os acionistas têm o poder de alterar as demonstrações financeiras.

Detalhes sobre as políticas contábeis da Companhia estão apresentadas na nota explicativa 5.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

### **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação**

As demonstrações financeiras foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo exceto quando indicado de outra forma.

### **2.3 Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões em relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados, sendo assim, não houve questões significativas que possam afetar as demonstrações financeiras.

Aquelas estimativas que possuem maior complexidade referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídos nos seguintes saldos:

- Ativo financeiro de concessão (Valor recuperável do ativo, contratos de concessão, amortização e capitalização dos custos dos empréstimos);
- Imobilizado (Expectativa de vida útil remanescente);
- Intangível (Valor recuperável do ativo);
- Passivo fiscal - corrente e diferido (Reconhecimento, mensuração e expectativa de realização dos impostos diferidos); e
- Provisão para contingências (Reconhecimento e mensuração de provisões e contingências: principais premissas sobre a probabilidade e magnitude das saídas de recursos).

## 2.4 Questões de continuidade operacional

As demonstrações financeiras foram preparadas com base na continuidade operacional, que pressupõe que a Companhia conseguirá manter suas ações e cumprir suas obrigações de pagamentos nos próximos exercícios pelo fato de ter suas receitas operacionais reguladas pela Resolução Homologatória ANEEL 2.098/2016.

A Companhia apresentou um lucro líquido de R\$ 81.759 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 e, nessa data, o ativo circulante excede o passivo circulante em R\$ 144.117.

## 3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

### *Ativos financeiros*

Ativos financeiros são reconhecidos inicialmente ao valor justo, acrescidos, no caso de investimentos não designados a valor justo por meio do resultado, dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à aquisição do ativo financeiro.

Caixa e equivalentes de caixa e Títulos e valores monetários são classificados em “valor justo por meio do resultado”, enquanto Contas a receber - ativo financeiro como “Empréstimos e recebíveis”.

### *Passivos financeiros*

Os passivos financeiros da Companhia são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e, no caso de empréstimos, financiamentos e debêntures não conversíveis, são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado. Fornecedores, empréstimos, financiamentos e debêntures são classificados como empréstimos e recebíveis.

## 4 Reapresentação dos valores correspondentes

Os valores correspondentes relativos aos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2015 e 31 de dezembro de 2015 e às demonstrações financeiras relativas às demonstrações do resultado e do resultado abrangente referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015, originalmente apresentados nas demonstrações financeiras daquele exercício, estão sendo reapresentadas em conformidade com o CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro e CPC 26(R1) - Apresentação das Demonstrações Contábeis, conforme demonstrado a seguir:

**(i) Balanço patrimonial**

1º de janeiro de 2015		<b>Impactos da retificação de erros</b>		
Ativo	<u>Legenda</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
<b>Circulante</b>				
Outros ativos circulantes		209.743	-	209.743
Total do ativo circulante		209.743	-	209.743
<b>Não circulante</b>				
Ativo financeiro de concessão	(c)	527.707	(8.872)	518.835
Outros ativos não circulantes		4.894	-	4.894
Total do ativo não circulante		532.601	(8.872)	523.729
<b>Total do ativo</b>		<b>742.344</b>	<b>(8.872)</b>	<b>733.472</b>
1º de janeiro de 2015		<b>Impactos da retificação de erros</b>		
Passivo e PL	<u>Legenda</u>	<u>Ajustes</u>	<u>Reclassificações</u>	<u>Reapresentado</u>
<b>Total do passivo circulante</b>				
		<b>42.600</b>	-	<b>42.600</b>
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(a)	89.029	(36.990)	52.039
Adiantamento de clientes	(c)	8.872	(8.872)	-
Outros passivos não circulantes		263.177	-	263.177
Total do passivo não circulante		361.078	(45.862)	315.216
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		266.216	-	266.216
Reservas de lucros	(a)	72.450	36.990	109.440
Total do patrimônio líquido		338.666	36.990	375.656
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>742.344</b>	<b>(8.872)</b>	<b>733.472</b>

*STN - Sistema de Transmissão Nordeste S.A.*  
*Demonstrações financeiras em*  
*31 de dezembro de 2016*

31 de dezembro de 2015		Impactos da retificação de erros		
Ativo	Legenda	Originalmente apresentado	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
<b>Circulante</b>				
Ativo financeiro de concessão	(c)	164.887	(8.951)	155.936
Outros ativos circulantes		59.379	-	59.379
Total do ativo circulante		224.266	(8.951)	215.315
<b>Não circulante</b>				
Ativo financeiro de concessão	(c)	532.678	(5.112)	527.566
Tributos e contribuições sociais	(d)	14.592	(14.592)	-
Outros ativos não circulantes		4.316	-	4.316
Total do ativo não circulante		551.586	(5.112)	531.882
<b>Total do ativo</b>		<b>775.852</b>	<b>(28.655)</b>	<b>747.197</b>
31 de dezembro de 2015		Impactos da retificação de erros		
Passivo	Legenda	Originalmente apresentado	Ajustes e Reclassificações	Reapresentado
<b>Circulante</b>				
Adiantamento de clientes	(c)	8.951	(8.951)	-
Outros passivos circulantes		61.323	-	61.323
Total do passivo circulante		70.274	(8.951)	61.323
<b>Não circulante</b>				
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	(b) (d)	60.354	(755)	59.599
Adiantamento de clientes	(c)	5.112	(5.112)	-
Outros passivos circulantes		232.071	-	232.071
Total do passivo não circulante		297.537	(5.867)	291.670
<b>Patrimônio líquido</b>				
Capital social		283.030	-	283.030
Reservas de lucros	(b)	125.011	(13.837)	111.174
Total do patrimônio líquido		408.041	(13.837)	394.204
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>		<b>775.852</b>	<b>(28.655)</b>	<b>747.197</b>

**(ii) Demonstrações do resultado e resultado abrangente**

<b>31 de dezembro de 2015</b>	<b>Legend a</b>	<b>Impactos da retificação de erros</b>		
		<b>Originalme nte apresentado</b>	<b>Ajustes</b>	<b>Reapresenta do</b>
Receita operacional líquida		158.987	-	158.987
Custos de operação		(11.826)	-	(11.826)
<b>Lucro bruto</b>		<b>147.161</b>	-	<b>147.161</b>
Despesas operacionais, líquidas		(8.414)	-	(8.414)
Resultado financeiro		(24.132)	-	(24.132)
<b>Lucro antes do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>114.615</b>	-	<b>114.615</b>
Imposto de renda e contribuição social - Corrente		(8.658)	-	(8.658)
Imposto de renda e contribuição social - Diferido	(a)/(b)	44.122	(50.827)	(6.705)
<b>Total do imposto de renda e contribuição social</b>		<b>35.464</b>	<b>(50.827)</b>	<b>(15.363)</b>
<b>Lucro líquido do exercício</b>		150.079	(50.827)	99.252
Outros resultados abrangentes		-	-	-
<b>Resultados abrangentes do exercício</b>		<b>150.079</b>	<b>(50.827)</b>	<b>99.252</b>

- a) Refere-se ao ajuste no cálculo dos impostos diferidos sobre diferenças temporárias referentes aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2014 e 2015 que foram apurados sem considerar a Lei 12.973/14 que extinguiu o RTT - Regime Tributário de Transição.
- b) Refere-se a ajuste efetuado nos valores correspondentes relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2015 decorrente do uso indevido da alíquota de 6,25%, ao invés de 14,58% para cálculo do incentivo fiscal.
- c) Refere-se à reclassificação de saldos de pagamentos recebidos referentes a remuneração do ativo financeiro de concessão, que anteriormente foram apresentados como adiantamentos de clientes.
- d) Reclassificação dos tributos diferidos ativos para apresentação em base líquida com passivo fiscal diferido, de mesma natureza.

Exceto pelo ajuste no lucro líquido do exercício apresentado na DFC, e pela apresentação dos ajustes relacionados a esta reapresentação, não houve impactos nos totais dos fluxos de caixa das atividades operacionais, de investimento e de financiamento nas demonstrações dos fluxos de caixa para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015.

## 5 Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

### 5.1 Contratos de concessão

De acordo com o ICPC 01 (IFRIC 12), as infraestruturas desenvolvidas no âmbito dos contratos de concessão não são reconhecidas como ativos fixos tangíveis ou como uma locação financeira, uma vez que o concessionário não possui a propriedade, tampouco controla a utilização dessa infraestrutura, passando a ser reconhecidas de acordo com o tipo de compromisso de remuneração a ser recebida pelo concessionário.

No caso dos contratos de concessão de transmissão de energia, entende-se que o concessionário tem o direito incondicional de receber determinadas quantias monetárias independentemente do nível de utilização das infraestruturas abrangidas pela concessão na utilização do modelo de ativo financeiro.

### 5.2 Instrumentos financeiros - apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal corrente e executável de compensar os montantes reconhecidos e se houver a intenção de compensação, ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### 5.3 Redução ao provável valor de realização de ativos

A administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, a Companhia não identificou nenhum indicador, por meio de informações extraídas de fontes internas e externas, relacionado a perdas por redução ao provável valor de recuperação dos ativos.

### 5.4 Provisões

Provisões são reconhecidas quando a Companhia possui uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, cuja liquidação seja considerada como provável e seu montante possa ser estimado de forma confiável.

#### *Provisões para litígios*

Provisões são constituídas para todos os litígios referentes a processos judiciais para os quais é provável que uma saída de recursos seja feita para liquidar a contingência/obrigação e uma estimativa razoável possa ser feita. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como, a avaliação dos advogados externos. As provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções físicas ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

A liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores significativamente divergentes dos registrados nas demonstrações financeiras devido às imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa e ajusta suas estimativas e premissas anualmente.

## 5.5 Tributação

### ***Impostos sobre a receita***

As receitas estão sujeitas aos seguintes impostos e contribuições, pelas seguintes alíquotas básicas:

- Programa de Integração Social (PIS): 0,65% (Receita Operacional - RAP) e 1,65% (Receita de Outras receitas - 671)
- Contribuição para Financiamento da Seguridade Social (COFINS): 3,00% (Receita Operacional - RAP) e 7,6% (Outras Receitas).

### ***Imposto de renda e contribuição social:***

#### *(i) Correntes*

O Imposto de renda e a Contribuição social da STN são calculados pelo regime de lucro real.

A Companhia possui incentivo fiscal aprovado pela SUDENE pelo prazo de até 31 de dezembro de 2016, tendo sido renovado para mais 10 anos consecutivos com o Laudo Constitutivo nº 0138/2016 da Superintendência do desenvolvimento do Nordeste até 31 de dezembro de 2025, que consiste na redução de 75% do imposto de renda devido, calculado com base no lucro da exploração.

#### *(ii) Diferidos*

Imposto diferido é gerado por diferenças temporárias na data do balanço entre as bases fiscais de ativos e passivos e seus valores contábeis.

Impostos diferidos passivos são mensurados à taxa de imposto que é esperada de ser aplicável no ano em que o ativo será realizado ou o passivo liquidado, com base nas taxas de imposto (e lei tributária) que foram promulgadas na data do balanço.

## 5.6 Ajuste a valor presente

Os ativos e passivos monetários de curto e longo prazo, quando o efeito é considerado relevante em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto, são ajustados pelo seu valor presente. Nas datas das demonstrações financeiras a Companhia não possuía ajustes a valor presente de montantes significativos.

## 5.7 Encargos regulatórios

### ***Reserva Global de Reversão (RGR)***

Encargo do setor elétrico, com finalidade de prover recursos para a reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,6% da RAP.

### ***Programas de Eficiência Energética (PEE) - Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) - Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT) e Empresa de Pesquisa Energética (EPE)***

São programas de reinvestimento exigidos pela ANEEL para as transmissoras de energia elétrica, que estão obrigadas a destinarem, anualmente, em torno de 1% de sua receita operacional líquida para aplicação nesses programas.

### ***Taxa de Fiscalização do Serviço Público de Energia Elétrica (TFSEE)***

Encargo do setor elétrico com a finalidade de constituir a receita do órgão regulador e cobrir o custeio de suas atividades. Seu valor anual equivale a 0,4% da RAP.

## **5.8 Reconhecimento da receita**

A receita inclui somente os ingressos brutos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. A STN reconhece as receitas de prestação de serviços de transmissão em conformidade com a ICPC 01 (IFRIC 12), e são segregadas da seguinte forma:

### ***Receita de desenvolvimento de infraestrutura***

A STN abrangida pelo escopo do ICPC 01 (IFRIC 12), registra o desenvolvimento de infraestrutura ou melhoria da infraestrutura da concessão de acordo com o CPC 17 (IAS 11) e CPC 30 (IAS 18). Quando a concessionária presta serviços de desenvolvimento de infraestrutura, a receita é reconhecida pelo valor justo e os respectivos custos transformados em despesas relativas ao serviço prestado. Na contabilização dessas receitas a Administração da Companhia avalia questões relacionadas à responsabilidade primária pela prestação dos serviços, mesmo nos casos em que haja a terceirização dos serviços, custos de gerenciamento e/ou acompanhamento da obra, levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos em questão, além de determinadas despesas do período.

### ***Receitas de remuneração dos ativos da concessão***

Corresponde à remuneração do investimento no desenvolvimento de infraestrutura e é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, que desconta exatamente os pagamentos ou recebimentos de caixa futuros estimados durante o prazo de vigência do instrumento sobre o valor do investimento.

### ***Receitas de operação e manutenção***

Quando a concessionária presta serviços de operação e manutenção, é reconhecida a receita pelo valor justo e os respectivos custos, conforme estágio de conclusão do contrato.

### ***Receita de juros***

A receita de juros decorrente de aplicações financeiras é calculada com base na aplicação da taxa de juros efetiva, pelo prazo decorrido, sobre o valor do principal investido.

## **5.9 Resultado por ação**

A Companhia efetua os cálculos do resultado por ações utilizando o número médio ponderado de ações ordinárias e preferenciais totais em circulação, durante o período correspondente ao resultado conforme pronunciamento técnico CPC 41 (IAS 33).

## **6 Pronunciamentos novos ou revisados**

Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2017. A Companhia não adotou essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

As novas normas ou alterações de norma e interpretações que podem ter impacto nas demonstrações financeiras da Companhia são:

- Iniciativa de Divulgação (Alterações ao CPC 26 / IAS 7)
- Reconhecimento de Impostos Diferidos Ativos para Perdas Não Realizadas (Alterações ao CPC 32 / IAS 12)
- IFRS 15 Revenue from Contracts with Customers (Receita de Contratos com Clientes)

## 7 Caixa e equivalentes de caixa

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Caixa e depósitos bancários à vista	395	416
Aplicações financeiras	9.784	22.877
	<b>10.179</b>	<b>23.293</b>

As aplicações financeiras correspondem a operações realizadas com instituições que operam no mercado financeiro nacional e contratadas em condições e taxas praticadas pelo mercado em operações financeiras semelhantes, tendo como característica alta liquidez, baixo risco de crédito e remuneração as taxas de 99% a 100% pela variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

## 8 Caixa restrito

Em 31 de dezembro de 2016, a Companhia registrou saldo de R\$ 7.177 (R\$ 9.358 em 2015), referente a conta de reserva vinculada ao financiamento com o BNB e depósitos de reinvestimento realizados em 2010 e 2011.

## 9 Concessionárias e permissionárias

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
Encargos de uso da transmissão faturados, a receber	876	1.016
Encargos de uso da transmissão a faturar (*)	18.608	16.631
	<b>19.484</b>	<b>17.647</b>
Outras concessionárias e permissionárias	18.542	16.590
Partes relacionadas	942	1.057
	<b>19.484</b>	<b>17.647</b>

- (\*) Refere-se à apuração do valor a receber dos usuários do sistema de transmissão informado mensalmente pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, a ser faturado no mês seguinte, para recebimento em três parcelas iguais e sucessivas, vencíveis nos dias 15, 25 e 05 do mês subsequente.

## 10 Ativo financeiro de concessão

A infraestrutura implantada na atividade de transmissão que estava originalmente representada pelo ativo imobilizado da Companhia é, ou será, recuperada por meio de dois fluxos de caixa, a saber:

- (a) Parte por meio da Receita Anual Permitida - RAP recebida durante o prazo definido pelo contrato de concessão;
- (b) Parte como indenização dos bens reversíveis no final do prazo da concessão.

<b>Movimentação</b>	<b>2016</b>	<b>2015</b> (reclassificado)
Saldo inicial	683.502	675.532
Receita de concessão de transmissão	21.214	18.207
Receita de infraestrutura	752	1.300
Remuneração do ativo financeiro	149.905	151.076
Realização do ativo financeiro (recebimento)	<u>(168.016)</u>	<u>(162.613)</u>
	<b><u>687.357</u></b>	<b><u>683.502</u></b>
<b>Circulante</b>	173.094	155.936
<b>Não circulante</b>	<u>514.263</u>	<u>527.566</u>
	<b><u>687.357</u></b>	<b><u>683.502</u></b>

Os ativos financeiros de concessão incluem os valores a receber decorrentes dos serviços de desenvolvimento de infraestrutura, da receita financeira e dos serviços de operação e manutenção, bem como o valor do ativo indenizável, referente ao montante que o concessionário terá direito quando do término do contrato de concessão. A Companhia considera que o valor da indenização a que terá direito deve corresponder ao valor novo de reposição ajustado pela depreciação acumulada de cada item.

As contabilizações de adições subsequentes ao ativo financeiro somente ocorrerão quando da prestação de serviço de desenvolvimento de infraestrutura relacionado com ampliação, melhoria e reforço da infraestrutura que represente potencial de geração de receita adicional.

## 11 Tributos e contribuições sociais

Por força de determinações legais, a Companhia sofreu retenções e realizou antecipações para posterior compensação de tributos e contribuições. Os saldos finais estão assim constituídos:

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo circulante</b>		
IRPJ a compensar	4.483	351
CSLL a compensar	928	505
ICMS, COFINS e PIS a compensar	8	86
IRRF a compensar	511	97
Arrecadado	-	12
Outros	<u>2</u>	<u>1</u>
	<b><u>5.932</u></b>	<b><u>1.052</u></b>

	2016	2015
<b>Passivo circulante</b>		
PIS	266	236
COFINS	1.156	1.136
Contribuição social sobre o lucro líquido - CSLL	1.234	2.135
Imposto de renda pessoa jurídica -IRPJ	591	(168)
Outros	129	120
	<u>3.376</u>	<u>3.459</u>

## 12 Empréstimos e financiamentos

	2016	2015
<b>Moeda nacional</b>		
<i>Banco do Nordeste do Brasil S.A.</i>		
Principal	141.111	160.454
Encargos	89	102
	<u>141.200</u>	<u>160.556</u>
<b>Circulante</b>	20.442	19.445
<b>Não circulante</b>	<u>120.758</u>	<u>141.111</u>
	<u>141.200</u>	<u>160.556</u>

Os saldos devidos são provenientes de contrato de financiamento obtido junto ao Banco do Nordeste do Brasil (BNB) com recursos oriundos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE/PROINFRA, a ser pago em 216 prestações mensais, com vencimento da primeira em julho de 2006 e a última em junho de 2024, restando, portanto, em 31 de dezembro de 2016, 90 prestações a serem pagas (Em 2015, restavam 102 prestações a serem pagas). Os encargos financeiros foram determinados pelo Decreto nº 6.367, de 30 de janeiro de 2009, o qual estabeleceu a taxa de 10% a.a. Sobre os encargos financeiros, estão sendo aplicados bônus de adimplência, previstos contratualmente.

O financiamento teve como finalidade a implantação das instalações, objeto do Contrato de Concessão nº 005/2004-ANEEL, celebrado entre a STN e a União, e tem como garantia o penhor de ações da Companhia, o penhor dos direitos emergentes da concessão, fiança corporativa, fundo de liquidez e outros.

A Companhia não tem conhecimento de qualquer violação de cláusulas restritivas do contrato de financiamento celebrado pela Companhia com o BNB e registrado sob o nº 2951946, no 1º Ofício de Registro de Títulos e Documentos e Civil de Pessoa Jurídica de São Paulo/SP e sob o nº 289003, no 2º Registro de Títulos, Documentos e das Pessoas Jurídicas de Recife/PE.

Os vencimentos dos empréstimos e financiamentos registrados no passivo não circulante estão representados a seguir:

Vencimento por exercício	2016	2015
2017	-	20.353
2018	21.416	21.416
2019	22.534	22.534
2020	23.712	23.712
2021	18.253	21.253
Após 2021	34.843	31.843
	<u>120.758</u>	<u>141.111</u>
<b>Não circulante</b>	<u>120.758</u>	<u>141.111</u>

## 13 Debêntures

	2016	2015
<b>Moeda Nacional</b>		
Banco Itaú Unibanco S.A. (i)		
Principal	88.817	100.583
Encargos	1.970	2.176
	<u>90.787</u>	<u>102.759</u>
<b>Circulante</b>	25.619	13.942
<b>Não circulante</b>	<u>65.168</u>	<u>88.817</u>
	<u>90.787</u>	<u>102.759</u>

- **Debêntures 1ª emissão:** Em agosto de 2014 a STN emitiu 10.100 debêntures por meio do Banco Itaú no valor total de R\$ 100.000, no mercado local, em série única, com prazo de vigência de 6 anos, serão amortizadas em parcelas trimestrais e consecutivas, taxa de juros de 109,75% da CDI, com vencimento final em agosto de 2020. Não há cláusula de conversibilidade em ações e não foram oferecidas garantias na emissão de debêntures.
- **Condições Restritivas Financeiras (covenants):**  
 As debêntures contêm cláusulas restritivas que implicam em vencimento antecipado, que requerem o cumprimento de determinadas obrigações conforme cláusula 4.13 , alíneas i, ii, iii, iv, v, vi, vii, viii, ix e x, da escritura da 1ª emissão.

A Companhia vem cumprindo todas as condições restritivas.

A captação por meio de emissão de debêntures tem como finalidade o pagamento de dividendos a acionistas, liquidação de empréstimos e outras necessidades de caixa.

De acordo com o CPC 08 - Custos de Transações e Prêmios na Emissão de Títulos de Valores Mobiliários, os recursos captados foram registrados de forma líquida dos custos decorrentes do processo de emissão das debêntures, e tais custos são amortizados de acordo com a taxa efetiva da transação até o prazo de vencimento dos respectivos títulos.

Os vencimentos anuais das debêntures em longo prazo são como segue:

Vencimento por exercício	2016	2015
2017	-	23.649
2018	23.649	23.649
2019	23.697	23.697
2020	17.822	17.822
<b>Não circulante</b>	<u>65.168</u>	<u>88.817</u>

## 14 Taxas regulamentares e setoriais

	2016	2015
Quota de Reserva Global de Reversão - RGR	(a) 204	299
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(b) 2.642	5.270
Taxa de Fiscalização ANEEL	(c) <u>452</u>	<u>436</u>
	<u><b>3.298</b></u>	<u><b>6.005</b></u>

- (a) Encargo do setor elétrico pago mensalmente pelas empresas concessionárias de energia elétrica, com a finalidade de prover recursos para reversão, expansão e melhoria dos serviços públicos de energia elétrica. Seu valor anual equivale a 2,5% dos investimentos efetuados pela concessionária em ativos vinculados à prestação do serviço de eletricidade, limitado a 3% da receita anual da concessionária.
- (b) Programas de investimento exigidos pela ANEEL para as concessionárias de serviço público de energia elétrica, que estão obrigadas a destinar 1% de sua receita operacional líquida para esses programas.
- (c) Os valores da taxa de fiscalização incidentes sobre a transmissão de energia elétrica são diferenciados e proporcionais ao porte do serviço concedido, calculados anualmente pela ANEEL, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário.

## 15 Provisão para contingências

A provisão para contingências refere-se exclusivamente às ações cíveis que tratam de definir o valor da indenização das servidões para passagem da linha de transmissão da Companhia, perfazendo em 31 de dezembro de 2016, a provisão no montante de R\$ 876 (R\$975 em 2015).

Adicionalmente, a Companhia possuía em andamento alguns processos judiciais / administrativos de natureza tributária em 31 de dezembro de 2016 que totalizavam aproximadamente R\$ 3.442 (R\$ 2.573 em 2015), os quais foram avaliados pelos assessores jurídicos como probabilidade de perda possível, portanto, não foram provisionadas.

Dentre estes processos, encontra-se em andamento processos administrativos movidos pela Receita Federal, relativos à compensação supostamente indevida de débitos de PIS, COFINS e IRPJ.

O valor dessas contingências está estimado em R\$ 2.549 em 31 de dezembro de 2016 (R\$ 1.273 em 2015). A Administração da Companhia, consubstanciada na opinião de seus consultores legais quanto à possibilidade de êxito nas diversas demandas judiciais, entende que as provisões constituídas e registradas no balanço são suficientes para cobrir prováveis perdas com tais causas.

## 16 Patrimônio líquido

### a. Capital social

O capital social integralizado até 31 de dezembro de 2016 e 2015 é de R\$ 302.419 e R\$ 283.030, respectivamente, representado por 198.000 mil ações ordinárias sem valor nominal.

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2016 e 2015, foram incorporados ao capital social as importâncias de R\$ 19.389 e R\$ 16.814, respectivamente, referentes às parcelas de reserva de lucros - incentivos fiscais, apuradas nos exercícios de 2015 e 2014, conforme

aprovado em Assembleias Gerais Ordinária e Extraordinária, datadas de 24 de março de 2015 e 31 de março de 2014, respectivamente.

A composição acionária da Companhia em 31 de dezembro de 2016 e 2015 é a seguinte:

	Quantidades de ações	
	Integralizadas	% capital
Alupar Investimento S.A.	100.980.000	51
Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A.	97.020.000	49
	<b>198.000.000</b>	<b>100</b>

## b. Reservas de lucros

- (i) **Reserva legal:** É constituída à razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do art. 193 da Lei nº 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.
- (ii) **Reserva de incentivos fiscais:** A legislação do imposto de renda possibilita que as empresas situadas na Região Nordeste e que atuam no setor de infraestrutura, reduzam o valor do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, de acordo com o art. 23 do Decreto Lei nº 756/69 e demais alterações da legislação sobre o assunto.

A Companhia apurou no exercício findo em 31 de dezembro de 2016, o valor de R\$ 15.621 (R\$ 19.389 em 2015) relativo ao incentivo fiscal SUDENE, o qual foi calculado com base no Lucro da Exploração, aplicando-se a redução de 75%, no imposto de renda apurado pelo Lucro Real.

## c. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do art. 202 da Lei nº 6.404/76.

	2016	2015 (reapresentado)
<b>Lucro líquido exercício</b>	<b>81.759</b>	<b>99.252</b>
(-) Reserva legal	(4.088)	(7.504)
Base de cálculo de dividendos	77.671	91.748
<i>Dividendos:</i>		
Ajustes de exercícios anteriores	-	36.990
Mínimos obrigatórios	(19.418)	-
Intermediários pagos	-	(53.219)
Incentivo fiscal	(15.621)	(19.389)
Adicional proposto submetido à Assembleia	(42.632)	(56.130)
<b>Saldo de lucros acumulados</b>	<b>-</b>	<b>-</b>

## 17 Partes relacionadas

A tabela a seguir apresenta os saldos em aberto em 31 de dezembro de 2016 e 2015 bem como o valor total das transações realizadas com partes relacionadas nos exercícios findos naquelas datas.

<b>Saldos e transações</b>		<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Ativo:</b>			
Concessionárias e permissionárias	(a)	942	1.057
<b>Passivo:</b>			
Fornecedores: Chesf	(b)	304	273
<b>Resultado:</b>			
Custo das operações - Serviços de terceiros: Chesf	(b)	11.353	3.231

- (a) Saldo de faturas a receber da acionista Chesf, referente ao serviço de transmissão de energia.
- (b) Refere-se ao contrato de Operação e Manutenção (O&M) firmado com a acionista CHESF, o qual obteve a devida anuência da ANEEL. Além dos Contratos de Compartilhamento do imobilizado.

### **Companhia controladora**

A Companhia é controlada pela Alupar Investimento S.A. com 51% de participação.

### **Entidades com influência significativa sobre a Companhia**

- Alupar Investimento S.A.: sociedade anônima de capital aberto, com registro na CVM que tem por objeto social tem como objetivo desenvolver e investir em projetos de infraestrutura relacionados ao setor de energia no Brasil e nos demais países da América Latina.
- Companhia Hidro Elétrica do São Francisco S.A. - Chesf: concessionária de serviço público de energia elétrica, sociedade de economia mista de capital aberto, tendo como atividades principais a geração e transmissão de energia elétrica, atuando em todo o território nacional.

### **Remuneração do pessoal-chave da administração da Companhia**

- No exercício de 2016, as despesas com honorários da Administração totalizaram R\$ 2.496 (R\$ 2.511 em 2015).

## **18 Receita operacional líquida**

	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Receita operacional bruta</b>		
Receita de concessão de transmissão	19.693	17.156
Receita de infraestrutura	752	1.300
Remuneração dos ativos de concessão	149.905	151.076
Receita de serviços cobráveis	368	-
Receita de custeio de O&M	1.153	1.051
	<u>171.871</u>	<u>170.583</u>
<b>Deduções</b>		
PIS	(1.115)	(1.109)
COFINS	(5.145)	(5.117)
Quota para Reserva Global de Reversão - RGR	(4.217)	(3.912)
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	(1.578)	(1.458)
	<u>(12.055)</u>	<u>(11.596)</u>
<b>Receita operacional líquida</b>	<u><b>159.816</b></u>	<u><b>158.987</b></u>

## 19 Custos de operação e despesas operacionais, líquidas

	2015	2015
Custos da transmissão de energia elétrica	(12.277)	(11.826)
Despesas operacionais líquidas	<u>(8.844)</u>	<u>(8.414)</u>
	<b><u>(21.121)</u></b>	<b><u>(20.240)</u></b>
Pessoal	(10.031)	(9.512)
Custos de construção	(752)	(1.300)
Depreciação e amortização	(39)	(108)
Despesas com manutenção	(4.551)	(4.101)
Serviços administrativos	(1.826)	(1.830)
Serviços diversos	(125)	(134)
Honorários advocatícios	(793)	(546)
Aluguéis	(561)	(560)
Material de expediente	(476)	(375)
Viagens	(449)	(367)
Taxas e anuidades	(1.556)	(1.552)
Outras receitas, líquidas	<u>38</u>	<u>145</u>
	<b><u>(21.121)</u></b>	<b><u>(20.240)</u></b>

## 20 Resultado financeiro

	2016	2015
<b>Receitas financeiras</b>		
Receita de aplicações financeiras	2.708	3.980
Outros	<u>263</u>	<u>(55)</u>
	<b><u>2.971</u></b>	<b><u>3.925</u></b>
	<b>2016</b>	<b>2015</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Encargos sobre empréstimos e financiamentos	(11.752)	(13.174)
Encargos sobre debêntures	(14.369)	(14.046)
Outros	<u>(3.364)</u>	<u>(837)</u>
	<b><u>(29.485)</u></b>	<b><u>(28.057)</u></b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b><u>(26.514)</u></b>	<b><u>(24.132)</u></b>

## 21 Imposto de renda e contribuição social - corrente e diferido

A conciliação da despesa calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e da despesa de imposto de renda e contribuição social debitada em resultado em 2016 e 2015 pode ser demonstrada como segue:

	2016	2015 (Reapresentado)
Lucro Contábil antes do Imposto de Renda e Contribuição Social	112.181	114.615
Alíquota fiscal combinada	34%	34%
	<b>38.142</b>	<b>38.970</b>
( - ) Exclusão de "AVP" - Art. 84 da IN 1515, de novembro 2014 (b)	(43.001)	(30.900)
Contas a receber de órgãos públicos não realizados	-	5.337
Despesas e provisões indedutíveis	1.221	1.718
Outras	13.980	(3.644)
	<b>10.342</b>	<b>11.481</b>
Constituição de passivo tributário diferido (a)	(24.591)	44.122
Incentivo fiscal	(15.621)	(19.389)
Lei Rouanet / Esporte / FIA	(552)	(750)
( - ) Exclusão do Art. 69 Inciso IV da Lei 12.973, de maio 2014 (c)		(13.837)
Ajustes de exercícios anteriores		(36.990)
	<b>(30.422)</b>	<b>(15.363)</b>
<b>Taxa efetiva</b>	<b>(27,12%)</b>	<b>18,87%</b>

- (a) Ajustes dos tributos diferidos constituídos em exercícios anteriores, conforme Art. 69 da lei 12.973
- (b) Base para cálculo do IRPJ e CSLL diferido do exercício
- (c) Realização da quota fixa, conforme Art.69 da Lei 12.973/2014

### Passivo fiscal diferido:

O imposto de renda e a contribuição social diferidos passivos decorrem substancialmente do reconhecimento dos efeitos da adoção do ICPC 01 (IFRIC 12) e OCPC 05 e foram mensurados pelas alíquotas aplicáveis nos períodos nos quais se espera que o passivo seja liquidado, com base nas alíquotas previstas na legislação tributária vigente no final de cada exercício, considerando, inclusive, o final do período de fruição do benefício fiscal.

## 22 Instrumentos financeiros, objetivos e políticas para gestão de risco financeiro

### a. Instrumentos financeiros

Os principais instrumentos financeiros da Companhia são: caixa e equivalentes a caixa, aplicações financeiras, concessionárias e permissionárias, fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo.

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é incluído no valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada.

Em 31 de dezembro de 2016 e 2015, não havia diferença significativa entre os valores contábeis e os de mercado para os instrumentos financeiros da Companhia.

**b. Objetivos e políticas para a gestão de risco financeiro**

Os principais passivos financeiros da Companhia referem-se a fornecedores, empréstimos e financiamentos e outras obrigações de curto prazo. O principal propósito desses passivos financeiros é captar recursos para as operações da Companhia. A Companhia possui contas a receber de clientes e outras contas a receber e depósitos à vista e a curto prazo que resultam diretamente de suas operações. A Companhia está exposta a risco de crédito e risco de regulação.

A Administração da Companhia supervisiona a gestão desses riscos. As atividades em que se assumem riscos financeiros são regidas por políticas e procedimentos apropriados e os riscos financeiros são identificados, avaliados e gerenciados de acordo com as políticas e disposição para risco da Companhia. É política da Companhia não participarem de quaisquer negociações de derivativos para fins especulativos.

O Conselho de Administração revisa e estabelece políticas para gestão de cada um desses riscos os quais são resumidos abaixo.

***Risco de crédito***

O risco de crédito é o risco de a contraparte de um negócio não cumprir uma obrigação prevista em um instrumento financeiro ou contrato com cliente, o que levaria ao prejuízo financeiro. A Companhia está exposta ao risco de crédito em suas atividades operacionais (principalmente com relação a contas a receber) e de financiamento, incluindo depósitos em bancos e instituições financeiras, transações cambiais e outros instrumentos financeiros.

***Contas a receber***

A Companhia por força dos contratos mantidos junto ao Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, concessionárias outros agentes, está sujeita a regulação da prestação de seus serviços vinculados a rede básica. Assim, todos os saldos de contas a receber são definidos e acompanhados pelo órgão regulador.

A necessidade de uma provisão para perda por redução ao valor recuperável é analisada mensalmente. A Companhia não apresenta um histórico de perdas relevante, uma vez todas as transações comerciais são intermediadas pelo ONS.

***Instrumentos financeiros e depósitos em dinheiro***

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela gerência financeira da Companhia de acordo com a política por este estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e dentro do limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pela Administração da Companhia e pode ser atualizado ao longo do ano. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte.

***Risco de regulação***

As atividades da Companhia, assim como das demais empresas do setor de energia, são regulamentadas e fiscalizadas pela ANEEL. Qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre as atividades da Companhia

## 23 Cobertura de seguros

Os principais ativos da Companhia, representado por 3 (três) subestações, Teresina II, Sobral III e Fortaleza II, foram segurados em 16 de março de 2016, por apólice com vigência até 15 de março de 2017, no montante de R\$ 39.769, com cobertura para incêndios, queda de raio, explosão qualquer natureza, danos elétricos, vendaval até fumaças, tumultos, greves e lock-out, roubo e lucros cessantes. O prêmio anual pago montou em R\$ 60. Os riscos cobertos podem ser resumidos como segue:

	2015
SE - Teresina II	14.163
SE - Sobral II	14.163
SE - Fortaleza II	8.093
Estoque	<u>3.350</u>
Total	<u><u>39.769</u></u>

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens relevantes das subestações sujeitos aos riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

## 24 Benefícios a empregados

A Companhia e suas controladoras, em conjunto, oferecem aos seus empregados benefícios que englobam basicamente: seguro de vida, assistência médica, vale transporte, vale refeição e plano de previdência privada de contribuição definida, sem influência significativa no resultado da Companhia.